



O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

**EDITORIAL: PELA REVISÃO DA LEI DE ANISTIA:
PUNIÇÃO PARA OS TERRORISTAS DO REGIME DE 1964** PG.2

**OS COMUNISTAS BRASILEIROS E A POLÍTICA
CULTURAL NO PERÍODO DA DITADURA** PG.4

LUTA PELA TERRA AVANÇA NA BAHIA PG.7

**OCUPAÇÃO NOS MERCADOS E LUTA CONTRA
A FOME DO GOVERNO BOLSONARO** PG.8

ENTREVISTA DO MOMENTO - GIOVANI DAMICO PG.9

**PRIVATIZAÇÃO DA EMBASA ENCARECE CONTA DE ÁGUA E
PIORA SERVIÇO DE ESGOTAMENTO NA BAHIA** PG. 12

**SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022
BIOGRAFIA DE INÊS MELGAÇO** PG. 13

**ESPAÇO CULTURAL - PARA CELEBRAR UM
CORACÃO MILITANTE** PG.14

MEMÓRIA - GREGÓRIO BEZERRA PG.16

Pela revisão da lei de anistia: punição para os terroristas do regime de 1964



Foto: Domínio Público / Agência Nacional

Por Milton Pinheiro

Ao se completarem os 58 anos do golpe burgo-militar de 1964, o Ministério da Defesa do governo do agitador fascista Jair Bolsonaro fez, mais uma vez, apologia ao Estado de Exceção que assaltou violentamente o Brasil por 21 anos. Trata-se da página mais lamentável da história brasileira. A nota assinada pelo ministro da pasta tenta, mais uma vez, subverter a verdade histórica e movimentar segmentos reacionários e neofascistas do atual cenário político brasileiro. A esse crime se somam, também, outros absurdos criminosos tornados públicos pelo presidente do Superior Tribunal Militar (STM) e pelo vice-presidente da República Hamilton Mourão, através de áudios de expressos políticos do período ditatorial sendo torturados pelos terroristas do Estado capitalista naquela conjuntura.

O acordo burgo-militar, executado pelos liberais no Brasil, colocou como

condicionante para ampliação do processo (pelo alto) de superação da ditadura uma anistia que premiava torturadores e terroristas dos porões do regime. Esse corpo da burocracia de Estado, aliado de burgueses sedentos por tortura e assassinatos de pessoas que lutavam contra a ditadura, foi premiado por seus crimes no Brasil, diferentemente do que ocorreu no Uruguai, Argentina e outros países do Cone Sul. Essa corja de neofascistas, muitos ainda vivos e sendo homenageados pelo governo atual de extrema direita, continuam gozando dos benefícios especiais da lei da anistia.

Os governos ditatoriais, gerenciados pelos generais, estiveram, durante 21 anos, a serviço dos interesses da burguesia interna e do imperialismo. Foi um período de profundo arrocho salarial, articulado à grande repressão política sobre os trabalhadores e suas manifestações, a exemplo das greves

de Osasco, Contagem e do ABC paulista. Para além desses procedimentos, a ditadura interveio nos sindicatos, entidades da sociedade civil e universidades públicas e privadas, agindo de forma violenta sobre as populações indígenas, camponesas, quilombolas e ribeirinhas.

Os espaços da democracia formal e da vida política nacional foram violentamente contingenciados pela lógica da destruição das liberdades democráticas. As marcas indelévels desse período de exceção foram a censura, o ódio à cultura, o surgimento do esquadrão da morte, a corrupção militar e o entreguismo das riquezas nacionais.

A dupla face do Estado capitalista nesse período burgo-militar cassou os direitos políticos de milhares de militantes e opositores através do terrorismo de Estado. A ditadura prendeu milhares de opositores, inclusive religiosos; torturou um conjunto expressivo de lutadores sociais obrigando, por sua ação policialesca e persecutória, que centenas de lideranças políticas, sindicais, estudantis, religiosas, parlamentares, populares e intelectuais procurassem o exílio como forma de sobrevivência física e política.

A ditadura burgo-militar matou, com base em dados oficiais, 434 mulheres e homens que resistiam nas trincheiras das lutas antiditatoriais. No âmbito desse quadro histórico, descortina-se a profunda repressão contra as liberdades democráticas. Esse ataque foi articulado a partir da ideologia da "segurança nacional", cujo elemento

central era pautado no combate ao chamado "inimigo interno". Para efetuar essa repressão terrorista, os governos militares, usaram os aparelhos de repressão do Estado de exceção, a exemplo do SNI, Polícia Federal, AESI, CENIMAR, CISA, CIE, DOI-CODI, etc.

As ações desenvolvidas pelos lutadores populares e proletários, assim como pelas entidades da sociedade civil, devem colocar nas suas pautas de lutas a revisão da lei de anistia, naquilo que diz respeito aos assassinos e torturadores do sistema de repressão durante o período de exceção de 21 anos. Essa escória não pode continuar gozando de impunidade e soldo do Estado. São criminosos e seus crimes são de lesa humanidade.

Assim como combatemos e vencemos a ditadura, agora, mais do que nunca, precisamos avançar na firme unidade de ação para derrotar os golpistas de sempre, revisarmos a lei de anistia e defenestramos os neofascistas da vida política brasileira.

Por nossos mortos nem um minuto de silêncio, toda uma vida de combate!

Ditadura nunca mais!

EXPEDIENTE



Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP
Conselho de Redação
**Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo
Caires e João Abreu**
Editora
Camila Oliver



o momento ba

Diagramação e Capa
João Abreu
Colaboradores desta edição
**Giovani Damico, Célula Carlos Marighella, João
Aguiar e Marcela Carvalho**
Revisão
Luiza Brandão e Anna Luiza

contato@omomento.org | www.omomento.org

OS COMUNISTAS BRASILEIROS E A POLÍTICA CULTURAL NO PERÍODO DA DITADURA



Foto: Domínio Público / Arquivo Nacional

Por Rômulo Caires

Neste ano, comemoramos 100 anos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dentre os inúmeros aspectos desta trajetória a serem recordados, gostaríamos de focar nossa atenção na emergência do que podemos chamar de política cultural, entre os comunistas. Com pressupostos que remetem ao próprio momento de fundação do PCB em 1922, passando pelo marco da declaração de março de 1958, é somente no período após o golpe burguês-militar de 1964 que a política cultural dos comunistas toma sua forma mais concreta na construção de uma aliança democrática contra a Ditadura. Este período é repleto de consequências e lança problemáticas ainda atuais.

Como já desenvolvido em outros artigos publicados no Jornal O Momento, a formação do Brasil contemporâneo se deu a partir de um conjunto de “reformas pelo alto”, através das quais o desenvolvimento de um moderno Estado-Nação operou por via diferenciada em relação a países centrais como Inglaterra, Estados

Unidos e França. Deste modo, o processo que resultou no capitalismo brasileiro e seu correspondente arcabouço jurídico-político não possibilitou a incorporação de mínimas demandas das massas populares, ocorrendo sempre à sua revelia. A frase atribuída ao então governador de Minas Gerais Antônio Carlos de Andrada (1870 – 1946) “façamos a revolução antes que o povo a faça” sintetiza bem a evolução política de nosso país.

Sendo, em sua origem, a implementação forçada de um experimento econômico, esta unidade que chamamos de “nacional”, de “Brasil”, consolidou-se a partir da figura do latifúndio escravagista primário-exportador. O sentido da colonização apresenta-se enquanto tendência dominante da ocupação territorial a partir do extermínio tanto dos povos originários quanto da população africana que aqui foi forçadamente aportada, apagando e criando obstáculos às suas manifestações culturais. O que interessava era girar a roda da acumulação originária de ca-

pital que possibilitou a dominância do capitalismo em escala mundial.

O conjunto das instituições, aparelhos ideológicos e instrumentos de poder eram voltados essencialmente à manutenção dessa malha social. Assim, o aparecimento de intelectuais e sujeitos produtores de cultura estava, de modo geral, condicionado pela dominância da ideologia do colonialismo, ou seja, se importavam ideias de fora com o intuito de naturalizar a ordem social e permitir apenas que as classes dominantes se tornassem operadoras oficiais da organização da cultura. Qualquer manifestação que contrastasse a essa lógica, a partir da consideração da produção dos que “vinham de baixo”, era sumamente ignorada ou diretamente combatida.

Nesse sentido, consolidou-se, durante o período colonial, uma realidade na qual a organização da cultura esteve marcada pela cooptação da produção intelectual pelas classes dominantes que, ao importarem ideias de realidades distintas da nossa, marcavam a tendência de formação de uma cultura ornamental na qual mesmo ideias consideradas avançadas eram utilizadas apenas como índice de superioridade, como marca de distinção pessoal, como constatamos nas figurações literárias de Lima Barreto. Lembremos de um clássico conto do escritor carioca, que eternizou a figura do “Homem que sabia Javanês” como aquele que nutria conhecimentos totalmente alienados da realidade nacional das grandes massas populares, consistindo apenas em fraseologias ocas. As palavras seriam, assim, apenas “signos” de posses, marcas que apontavam a origem superior daqueles que as utilizavam.

A Independência e posteriormente a formação da República apenas colocaram em outro patamar a ideologia do colonialismo e a dependência do nacional em relação ao mercado mundial capitalista. O Brasil entrou no Jogo das Nações como país subordinado ao imperialismo em expansão, atualizando as formas de dependência econômica e cultural. Tal realidade começou a se modificar lentamente após a Revolução Russa de 1917 e os processos que desembocaram na industrialização brasileira.

O surgimento do PCB em 1922 demarcou o momento em que as classes trabalhadoras e setores populares deram um salto de qualidade em direção a uma autêntica organização da cultura sem a imponente total da ideologia do colonialismo. A formação de um partido político de tipo moderno, a presença marcante da

imprensa operária, a fundação de editoras e divulgação de literatura marxista e a participação nas lutas políticas mais importantes ampliaram o alcance das ideias “vindas de baixo” e possibilitaram as primeiras tentativas de superação do prussianismo no Brasil, ou seja, dos métodos de organização social e política que traziam no bojo apenas as demandas das classes dominantes a partir de seguidas “revoluções pelo alto”.

A partir de então, a política cultural dos comunistas que atraía para si importantes figuras artísticas e intelectuais envolvidas nas lutas pela democratização da sociedade brasileira começou a tomar forma. Pode-se afirmar que o impulso de desenvolvimento capitalista no Brasil também foi seguido de uma construção estética do que seria o nacional. As tentativas de suprimir a ideologia do colonialismo e encontrar bases autenticamente brasileiras marcaram um longo processo que seguiu até meados de 1964, no qual os setores ligados à produção cultural se esforçavam pela criação de uma autoconsciência nacional. Certamente esse período resultou em valiosíssimas produções na literatura, no cinema, no teatro, na música, na arquitetura, na pintura, na dança etc. Porém, também esse período foi responsável pela cristalização de significativo engodo: a falsa ideia de um grande pacto de união nacional.

Os impulsos de construção estética do Brasil, advindos majoritariamente de pessoas ligadas ao PCB, ou que passaram por suas fileiras, deflagraram marcante processo de tentativa de superação do prussianismo em direção ao nacional-popular. O nacional-popular sintetizaria a oposição democrática, no plano da cultura às várias configurações concretas assumidas pelo prussianismo ao longo da evolução brasileira. A via dessa superação passaria pela centralidade da democracia como momento preponderante de participação das massas populares nas decisões políticas do país e consequentemente de sua organização no plano cultural.

Tais aspectos estão sintetizados na declaração de março de 1958 do PCB. Neste documento, fica esclarecida uma prévia etapa de democratização da sociedade brasileira como condição de possibilidade para a futura Revolução Socialista. Para isso, se proclamaria o pacto entre a classe trabalhadora e setores progressistas da burguesia nacional como forma de superar o latifúndio e o imperialismo, construindo um autêntico capitalismo nacional autônomo. O documento também absorve as críticas ao período Stalin e suas influências na dinâmica do

PCB. Apesar de inúmeros artistas, cientistas e intelectuais terem passado pelas fileiras do partido, não deixa de ser notável que nestas ainda se reproduzia a determinação da “cultura ornamental”.

Muitos artistas e intelectuais que chegaram ao PCB tiveram passagem muito rápida pelo partido, não promovendo impacto real no destino de sua orientação política. O chamado realismo socialista afastava muitas dessas figuras, sendo o caso de Rachel de Queiroz emblemático nesse sentido. A direção do partido quis intervir no desfecho de um de seus romances, violando qualquer ideia de liberdade criativa da artista. A declaração de 58 visava também interferir sobre esses aspectos que, de alguma forma, reproduziam a ideologia do prussianismo no próprio interior do partido. Nesse sentido, ainda havia um divórcio entre os setores organizadores da cultura e a tentativa de generalização de uma proposta de intervenção política em âmbito nacional.

Todavia, o golpe burgo-militar pôs em cheque parte da estratégia fundamental do PCB no período. Diversas foram as críticas, seja pela direita ou pela esquerda. O ponto fundamental que nos interessa aqui é que, apesar dos equívocos, o PCB contribuiu para a construção de um solo histórico que possibilitou a emergência de grandes realizações no âmbito artístico e cultural. Após a declaração de março de 58 houve tentativa de maior integração entre os setores mais intelectualizados e a direção partidária, o que possibilitou iniciativas de vulto, mesmo após o golpe de 64. A esquerda era derrotada politicamente, mas, no âmbito cultural, foi hegemônica até o endurecimento do regime em 68.

Assim, chegamos ao cerne da particularidade da política cultural dos comunistas. O momento de enfrentamento à ditadura deu nova vida à perspectiva de uma frente democrática de construção nacional. O período foi marcado por novo salto de qualidade no capitalismo brasileiro, que agora passava para uma etapa de industrialização violenta, arrochos salariais e consolidação do capital monopolista de Estado em nosso país. O nacional, que foi por tantas décadas polo de resistência e aglutinação de forças populares contra o imperialismo, perdia o ímpeto revolucionário com a, cada vez mais evidente, integração da burguesia interna brasileira ao imperialismo. No âmbito cultural, é o período de consolidação da Indústria Cultural em solo nacional.

Se a Indústria Cultural permitiu a desvinculação de amplos setores dos vínculos de favor e dependência direta que marcaram a história da vida intelectual brasileira, também criou, ao mesmo tempo, um verdadeiro exército cultural de reserva. Tivemos ainda algum ímpeto da produção nacional-popular, mas, cada vez mais o PCB perdia a capacidade de ser o centro aglutinador do que havia de melhor na intelligentsia brasileira e, ao mesmo tempo, essas produções passaram da contestação radical da ideologia do colonialismo para a construção de uma mitologia da “integração nacional” que de alguma forma justificou os pactos construídos no fim da ditadura burgo-militar. A “democracia como valor universal” que emergia dos documentos de 58 impulsionaram posteriormente uma credulidade ingênua na capacidade da sociedade brasileira de continuar a suposta marcha de democratização.

Deve ser óbvio para um materialista que as transformações mais radicais da sociedade passam pela necessária revolução nos modos de produzir e reproduzir a vida. A cultura em si não é capaz de, sozinha, emancipar a classe trabalhadora. Todavia, a organização da cultura no Brasil do ponto de vista comunista teve como objetivo impulsionar a criação de um sujeito nacional-popular que trouxesse em seu âmago as demandas das classes populares a partir de um contínuo processo de democratização. Passado o período da ditadura burgo-militar, tendo em vista o declínio desse amplo processo histórico de construção estética do Brasil, devemos avaliar quais são os limites de democratização em um país de capitalismo subordinado, além de inquirir se o nacional-popular teria perdido sua validade histórica diante das transformações contemporâneas. A construção da Revolução Socialista certamente necessitará de pujante organização da cultura das massas trabalhadoras, mas ainda será um grande desafio encontrar as mediações necessárias da relação entre poder político e cultura popular no Brasil.

LUTA PELA TERRA AVANÇA NA BAHIA



Foto: Giovani Damico

Por Giovani Damico

No último dia 04 de abril, a Luta pela Terra na Bahia vivenciou um passo importante na reorganização da classe, em especial no que tange à mobilização dos setores mais consequentes do movimento camponês, em associação com as lutas de vanguarda nos centros urbanos. Nesta movimentação, assistimos a uma Ocupação promovida pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT) e Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Baixa Verde (ASCOMBAVE) na sessão de lutadores de Eunápolis-BA, que se deslocaram para Salvador realizando um grande acampamento na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), contando com um apoio organizativo e político do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus coletivos de luta.

A movimentação colocou em marcha os interesses dos lutadores e lutadoras camponeses negligenciados pelo estado burguês, na sua atual gerência no governo burgo-petista de Rui Costa. As diversas investidas do estado em desmobilizar as lutas, colocando os aparelhos de repressão como resposta primeira para os movimentos populares, bem como os diversos acordos e prazos descumpridos a partir de todo tipo de entulho jurídico e malarismos retóricos, negando um dos elementos mais fundamentais de nossa subsistência, o acesso à terra.

A jornada do MLT inicia-se em uma série de enfrentamentos que, a partir da experiência prática e dos acúmulos políticos, gerou a fragmentação do coletivo, o qual se distancia de outros segmentos dos movimentos populares capturados pelo burocratismo, ou pela própria cooptação, vertendo movimentos de luta em espaços de práticas espúrias com a primazia dos interesses individuais ante à coletividade. Os embates vividos pelo MLT em Eunápolis, oriundos do acampamento Baixa Verde, distanciou aquele grupamento de toda e qualquer tentativa de desmobilização da Luta, colocando o coletivo em um claro racha com segmentos do próprio coletivo que em outras regiões se viram tomados por perspectivas estranhas à luta de classes.

A consequência e combatividade do MLT fez com que não se calassem perante as investidas golpistas da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado (Fetag), movimento dirigido pelo PCdoB,

e que vem se aproximando cada vez mais de negociatas com os próprios agentes do capital e do agronegócio local, tornando-se assim adversários dos movimentos populares locais. Os embates com a FETAG se avolumaram a partir do momento em que parte dos lotes de assentamentos conquistados pela luta foram invadidos, o que culminou em conflitos, bem como na movimentação que no conjunto das insatisfações gestou a ocupação da SDR.

O movimento promovido pelo MLT com apoio dos comunistas do PCB, logrou importantes êxitos obtidos através do embate intransigente perante os aparelhos do estado. Nas mesas de negociação, o movimento trouxe uma pauta na qual exigiam alguns pontos prioritários e outros secundários, dentre os quais a demanda de imediata concessão dos contratos de Cessão Real de uso dos 61 lotes nos quais o Assentamento Baixa Verde está situado, bem como a desocupação dos terrenos invadidos, outorga de água e outras demandas. Das 61 Famílias de assentados, quatro não puderam estar presentes por questões de saúde, e outras 11 tinham pendências documentais, de modo que o movimento conseguiu finalizar sua ação com 46 contratos assinados e o compromisso do Estado de se deslocar até o Assentamento, promovendo o restante das assinaturas e documentações. A própria desocupação foi assentada pelo Estado, que solicitou um prazo inicial de 15 dias para o início das movimentações.

A pauta da luta pela terra em suas expressões mais avançadas vem conseguindo articular a luta nas diferentes esferas como a agroecologia, combate ao desmatamento, assoreamento de rios e destruição de aquíferos, sendo uma luta fundamental e integrada a toda a dinâmica social. As experiências de associação entre a luta camponesa e os movimentos sociais centrados nos centros urbanos se mostra como uma importante impulsionadora, associando as demandas urgentes do meio urbano e ao mesmo tempo fortalecendo a luta do campo, um espaço tomado em nosso território por diversos tipos de violência, oriunda tanto do Estado, quanto das milícias de jagunços vinculadas ao agronegócio. De modo que novos avanços se mostram diretamente vinculados com a articulação das diferentes lutas e movimentos populares.

OCUPAÇÃO NOS MERCADOS E LUTA CONTRA A FOME DO GOVERNO BOLSONARO



Foto: Letícia Brito

Por Célula Carlos Marighella

A fome que assola 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil e a situação de insegurança alimentar agravada durante o período da Pandemia são resultados de um ciclo de aprofundamento do neoliberalismo no governo de Bolsonaro. Tal governo tem como suas principais marcas os ataques contra os direitos dos trabalhadores, as privatizações das empresas brasileiras, esquemas de corrupção em todas esferas do governo e a piora drástica nas condições de vida da classe trabalhadora.

Da mesma forma em que a radicalidade do governo Bolsonaro se direciona contra os trabalhadores, os movimentos de luta têm acionado diversas táticas para conquistar melhoras imediatas nas condições de vida (que moralizam o poder da organização) e reascender o centro das lutas populares nas ações de massa e no trabalho de base, rompendo com a ilusão de que o jogo das cadeiras na institucionalidade (ações jurídicas e parlamentares, lives, etc.) é o único ou principal terreno da luta de classes.

Nas condições políticas postas em nosso país, para que tenhamos a capacidade de mudanças positivas substanciais na vida dos trabalhadores a fim de conquistarmos o direito da terra, do teto, pão e o trabalho, a nossa capacidade de organização deve ser fortalecida, sendo capaz de realizar um profundo trabalho de base em meio à classe, combinado com a agitação e propaganda política consequente, além de ações de luta com ousadia que sejam capazes de ganhar a simpatia das bases e mais mentes e braços para a luta da classe.

Seja no trabalho sindical, na luta estudantil, nos movimentos por moradia e comunidades, nas frentes do movimento negro e de mulheres, a luta orgânica é imprescindível para que, no momento histórico em que nos encontramos, possamos romper com o marasmo político, o derrotismo e ilusões

puramente eleitoreiras da luta, que afastam os trabalhadores e militantes das ruas.

Nesse sentido, o Partido Comunista Brasileiro e seus coletivos partidários, junto ao Movimento de Luta nos Bairros (MLB) e à Unidade Popular (UP) cumpriram, em Salvador, com a agenda nacional da articulação Povo na Rua pelo Fora Bolsonaro, que em todo país ocupou mercados para denunciar a fome e a desigualdade e exigir cestas básicas para famílias de ocupações e organizadas em bases comunitárias.

Em Salvador, cerca de 65 lutadoras e lutadores se organizaram e ocuparam o Super Bom Preço do Campo da Pólvora. A exigência foi feita para que a rica rede de supermercados que estoca seus alimentos e ajuda a inflacionar o preço dos itens básicos para os trabalhadores, diminuindo o poder de compra, destinasse apenas 300 cestas básicas para as famílias organizadas na Ocupação Carlos Marighella, do MLB, e na Brigada Pedro Domiense do PCB.

O gerente do mercado, durante as negociações, mostrou-se irredutível para ceder à pressão do movimento social organizado. Logo, chamou a polícia e seus batalhões operacionais, que ameaçaram fazer a reintegração de posse, cumprindo como sempre o papel de jagunços da propriedade privada. Durante 6h de luta, por fim, o mercado garantiu a entrega de 300 cestas básicas que serão repartidas igualmente entre as famílias destinadas pelos movimentos.

Segundo a comissão que acompanha as negociações com o mercado, após alguns dias quebraram o acordo para 150 cestas. Essa atitude covarde, contudo, é mais uma prova que não podemos dar trégua e que nenhuma conquista será de graça. Em caso do descumprimento do acordo, novas lutas serão feitas. O fato é: ninguém ficará para trás.

ENTREVISTA DO MOMENTO - GIOVANI DAMICO



Foto: Daniel Drummond

Entrevista por Milton Pinheiro

Giovani Damico — Mestre em Ciências Sociais (UFBA); professor da Rede Estadual de ensino no Estado da Bahia. Pré-candidato ao Governo do Estado da Bahia pelo PCB.

O MOMENTO - Você é um dirigente do PCB, o que representa a política para os comunistas nesse processo eleitoral em curso?

Giovani Damico - Esta é uma pergunta de resposta complexa à qual tentei esboçar alguns elementos em um texto de contribuição ao Jornal O Momento. No entanto, naquela oportunidade apontávamos um debate mais geral sobre o papel dos comunistas nas eleições, aqui tal qual perguntado, devemos focar nosso ponto analítico no processo eleitoral em curso.

Nosso local de partida para pensar as eleições neste momento é tanto nossa base de atuação na Bahia e a conjuntura deste estado, quanto a atuação dos comunistas em sentido geral em

todo território nacional, é importante afirmar que para nossa perspectiva de mediações táticas e estratégias não existe a possibilidade de separação destas esferas, embora as respostas políticas e organizativas se modifiquem parcialmente ao avaliarmos as conjunturas locais.

Dito isso, o Brasil se situa em uma conjuntura da qual emerge uma falsa polarização, de um lado o bolsonarismo, expressão da extrema direita, de um projeto neocolonial fascistizado, e do outro lado o petismo, uma expressão mal-acabada da social democracia tardia, que se exprime em um projeto de conciliação de classes, um programa social democrata que abdicou de sua característica reformista subsumindo a uma agenda neoliberal e programas sociais

de compensação e mitigação, que podem ser desmanchados livremente sem grandes esforços por não promoverem sequer um arranhão nas estruturas que organizam e sustentam a sociedade capitalista brasileira. Diante de uma polarização, que não polariza opostos, mas sim diferentes lados de um mesmo projeto de governabilidade do capital, seja em sua face mais antipopular, seja na sua face de conciliação de classes, na qual em última análise a primazia da classe dominante segue completamente intocada. Diante de tal polarização, é tarefa dos comunistas fazer emergir a grande política, a política de quem acredita e defende suas pautas históricas, a política que coloca a luta de classes no centro das análises, que entende que nosso papel nas eleições é o papel da propaganda revolucionária, mas é também o papel de construir um programa que possibilite saldos políticos e organizativos para nossa classe, ao mesmo tempo em que se propõe a dar início a transformações de grande envergadura, que se iniciam com um conjunto de reformas estruturantes e que miram na transformação social geral.

Portanto, para nós do PCB, é nossa tarefa sair dessas eleições com nossa classe mais organizada do que ela entrou no processo, seja em seu arcabouço teórico, seja em sua capacidade política de dar respostas aos graves dilemas vividos por nosso povo. Nosso programa nestas eleições tocará na organização do Poder Popular, ao mesmo tempo em que pretende dar início a uma política de pleno emprego, de nacionalização e estatização de setores estratégicos, políticas de enfrentamento aos graves problemas ambientais, uma reversão da política de segurança pública, resgatar o papel central do estado no investimento, na geração de emprego e renda, otimizar e maximizar os serviços públicos dentre estes a educação, saúde, previdência e oferta de infraestruturas adequadas, estes serão nossos propósitos.

O MOMENTO - Como candidato a governador pelo partido na Bahia, quais seriam os eixos centrais da sua campanha?

Giovani Damico - A Bahia possui alguns problemas estruturais graves que serão certamente ponta de lança em nossa campanha, o desemprego que tornou este o estado com maior proporção de desempregados, ostentando simultaneamente o título da capital com maior número de desempregados. Reverter a situação do emprego é um ponto fundamental para nossa política, que se desdobra para mais alguns eixos

estruturantes.

A política de segurança pública certamente figura entre os eixos fundamentais, uma vez que a política de guerra às drogas vem tornando este um dos estados mais sangrentos do Brasil, e embora o estado com maior proporção de população negra é um estado onde o genocídio contra a juventude negra e periférica segue em curso como política de estado. A reversão da guerra às drogas, criando uma política que mescle a desmilitarização da polícia, a prevenção somada à redução de danos, medidas de compensação pelos danos sofridos pelas comunidades, associadas a um verdadeiro giro nos aparatos de segurança pública que deverão operar sobre bases de investigação, prevenção, com foco nos postos de produção de drogas, e fronteiras de entradas de drogas e armas, trabalhando para combater a origem dos problemas e não o final.

Junto a estes, nós teremos um eixo central no Serviço público, olhando especialmente para a ampliação da oferta e melhoria dos serviços públicos, com amplos concursos, retomada do investimento no SUS, com a reversão das privatizações e ampliação do serviço público em saúde. Na Educação pública, devemos trabalhar a associação entre escolas e universidades em políticas de aproximação da educação das demandas concretas da classe trabalhadora.

O MOMENTO - Quais são os campos de atuação na militância política aos quais você tem se dedicado?

Giovani Damico - Como militante comunista, iniciei minha trajetória na Juventude e no movimento estudantil universitário. Nunca me afastei de nenhuma dessas duas pautas, embora, ao passar do tempo, tenha me tornado professor e deslocado boa parte do eixo de gravidade de minha atuação para a Educação e as lutas dos servidores públicos, onde atuo enquanto militante do coletivo sindical Unidade Classista. No partido, temos um terreno fértil e amplo para inserção em diversas camadas e espaços de atuação, tendo alguns desses se tornado espaços prioritários de minha inserção, seja na educação popular, seja na pauta ambiental, associada à educação como na agroecologia.

O MOMENTO - O PCB na Bahia terá outros/as candidatos/as nessas eleições?

Giovani Damico - Certamente o partido prepara terreno para constituir uma plataforma elei-

toral, até a presente redação já lançamos duas pré-candidaturas de peso, a Camarada Inês Melgaço, artista plástica, atuante na atenção de saúde mental no CAPS, onde trabalha diversas esferas da terapia através da arte. Temos ainda a pré-candidatura de João Coimbra, advogado, militante da luta antirracista com um histórico nas lutas em torno dos direitos humanos, das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Ambas candidaturas expressam a maturidade política que o partido vem obtendo nos últimos anos, e nos representarão para a disputa de deputado federal. Estão em curso alguns novos lançamentos e ainda temos mais nomes sendo examinados, cobrindo assim um vasto campo político em torno da saúde, dos movimentos populares, serviço público, educação e outras áreas diversas.

O MOMENTO - O PCB tem mantido uma importante aliança política com o mandato do deputado estadual Hilton Coelho. A aliança continuará em 2022?

Giovani Damico - Certamente. Hilton vem construindo uma importante aliança com o PCB, da qual participo com muita dedicação. Encontramos nessa parceria uma importante aliança tática entre duas forças políticas diferentes, mas que conseguem olhar para os problemas e tarefas urgentes da Bahia e encontrar um terreno fértil para atuação conjunta, seja nos meios institucionais seja nas lutas quotidianas nas ruas.

Nosso partido decidiu de maneira unanime pela manutenção da aliança política com Hilton, apoiando sua pré-candidatura para reeleição como Deputado Estadual, de modo que abrimos mão de candidaturas para Deputado Estadual, e reforçando nosso apoio político a esta parceria.

O MOMENTO - Como o PCB avalia o governo burgo-petista de Rui Costa?

Giovani Damico - O Governo Rui Costa é a expressão mais bem acabada, ou mais deformada do petismo a depender do ângulo de observação. Para os que acreditam que o PT ainda guarda elementos de um partido representativo da classe trabalhadora, Rui Costa figura como uma deformação, uma excrescência de direita no seio do Partido dos Trabalhadores. Do nosso ponto de vista, há muito tempo foi cruzado o Rubicão no processo de transformismo que tornou o PT naquilo que ele é hoje, um partido amalgamado com a ordem burguesa de forma

irreversível, sendo Rui Costa a expressão clara de tal processo.

O Governo Rui Costa foi marcado pelos ataques diários aos servidores e ao serviço público, seja no SUS, seja na sua reforma da previdência, que conseguiu em muitos aspectos suplantar a reforma bolsonarista, seja no desmonte contínuo da educação, com fechamento massivo de escolas, militarização de uma centena de escolas, exonerações, arrocho salarial e contingenciamento permanente do orçamento para a Educação incluídas as Universidades Estaduais que vem sofrendo duros ataques em seu Governo.

Avaliamos que este é um governo do Capital, é um Governo que fecha seu mandato com marcas deletérias como a aprovação da venda da Embasa, o fechamento da Bahia Pesca, da EBDA, na venda da EBAL, num verdadeiro desmonte do estado baiano.

O MOMENTO - Haveria possibilidade do PCB conversar com forças descontentes com a situação interna ao Psol ou, até mesmo com a UP?

Giovani Damico - Estes diálogos estão em andamento e continuarão por todo o próximo período, existe um forte entendimento de que há terreno fértil para fazer avançar nossa política de alianças com os setores mais consequentes do PSOL, bem como a UP. A própria aliança com o Dep. Hilton Coelho é expressão deste cenário.

Com relação à Unidade Popular, acreditamos que este é também um partido importante, e que embora recém fundado, possui uma trajetória pautada nas lutas populares e com um histórico de luta no qual certamente encontramos companheiros de construção da luta política. No âmbito eleitoral, demos início a diálogos sobre uma eventual aliança incluída as eleições majoritárias, mas estão em curso avaliações da parte da UP, que possivelmente poderão culminar em uma aliança para além das ruas, chegando às eleições atuais.

PRIVATIZAÇÃO DA EMBASA ENCARECE CONTA DE ÁGUA E PIORA SERVIÇO DE ESGOTAMENTO NA BAHIA



Foto: Andrevruas

Por João Aguiar

No dia 31 de março, a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) votou o Projeto de Lei 24.362/2021 que permite a qualquer instante a **privatização da EMBASA**, a Empresa Baiana de Água e Saneamento, essencial para a manutenção do serviço público de água em todo estado. O Projeto de Lei promovido pelo Governador Rui Costa (PT) e acatado pelo Bloco Governista (PT/PCdoB/PSB/PSD e até pouco tempo o PP, que agora se liga ao carlismo na ALBA com uma silenciosa e isolada posição), é mais um golpe desferido contra a classe trabalhadora baiana.

À exceção da combativa posição do mandato da resistência de Hilton Coelho (PSOL) e da posição digna de Marcelino Galo (PT) que se opuseram e denunciaram a privatária de Rui Costa, 26 votos foram destinados ao PL da Privatização da EMBASA. Dentre eles estão: PCdoB (Partido Comunista do Brasil, fundado em 1962), PT, PSD, PSB, PDT e Patriotas. Conhecidos nomes da centro-esquerda baiana como Fátima Nunes (PT), Jacó (PT) Maria Del Carmen (PT), Fabíola Mansur (PSB), Neusa Cadore (PT), Olívia Santana (PC do B), Osni Cardoso (PT), Robinson Almeida (PT), Rosemberg Pinto (PT), Zé Raimundo (PT) e Zó (PC do B) votaram a favor da privatização da EMBASA contra suas próprias bases.

No contraste da privatização que favorece o interesse de empresas privadas e seu lobby dentro do governo de Rui Costa, a Bahia perde um importante mecanismo de fornecimento de água e saneamento para o povo baiano. Segundo o Instituto de Água e Saneamento, 20% da população da Bahia

ainda carece do serviço de água e somente 54% dos baianos são atendidos com esgotamento sanitário. Em municípios como Alagoinhas somente 32% da população tem acesso a coleta de esgoto. Camaçari, Teixeira de Freitas e Lauro de Freitas também ficam na casa dos 40%, um número absolutamente deficitário, que prova a necessidade da ampliação de investimento do Estado na empresa pública e não na sua destruição.

Diversas experiências de privatizações, dentre as mais recentes como a Petrobrás e a Eletrobrás, provaram que a privatização de Empresas Estratégicas para os serviços públicos e o desenvolvimento social e econômico encarecem os serviços como a conta de luz e produtos derivados como a gasolina. Com a conta de água não será diferente, além de pôr em risco o abastecimento nos centros urbanos e no interior do estado.

Os trabalhadores da EMBASA, a partir de seu sindicato SINDAE, mantiveram intensas mobilizações e jornadas de luta durante o período. As mobilizações prosseguem em todo interior e na capital com todos trabalhadores da categoria, movimentos sociais e partidos de esquerda, como o PCB, pela reestatização da empresa fundada em 1971.

FONTES

<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ba/salvador#:~:text=88%2C29%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9,594.959%20habitantes%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20coletado.>

SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022

BIOGRAFIA DE INÊS MELGAÇO



Foto: Daniel Drummond

Natural de Petrópolis, cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro, Inês Melgaço nasceu em 06 de julho de 1953, ano anterior ao suicídio de Getúlio Vargas. Com mãe professora primária e pai que amava a música e sonhava com um mundo sem fronteiras, desde cedo foi estimulada à leitura e aos estudos. Desenhar fez parte de seu cotidiano ao longo dos anos e orientou sua vocação para as artes. Viveu a infância e os primeiros anos da adolescência sob um período de grande efervescência político-cultural capitaneada pelo CPC - Centro Popular de Cultura - da União Nacional de Estudantes que inspirava e mobilizava boa parte da juventude brasileira na época. Aos catorze anos, buscou prestar provas para ingressar na Escola Nacional de Belas Artes, mas foi impedida pela reforma nacional do ensino médio e superior realizada pela ditadura militar burguesa instalada com o golpe de 1964, obrigando-a a adiar seus planos.

Com o AI-5 vieram os anos de chumbo, o período mais cruel, nefasto e repressor da ditadura que torturou, assassinou, perseguiu, exilou e censurou trabalhadores, estudantes, artistas e intelectuais. Manifestações populares contra o arrocho salarial, greves de trabalhadores eram duramente reprimidas, Centros Acadêmicos foram transformados em grêmios recreativos, livros foram proibidos, jornais e publicações confiscadas, artistas censurados e impedidos de trabalhar pelo Comando de Caça aos Comunistas - organização paramilitar - e foram abortadas todas as tentativas de organização populares e democráticas.

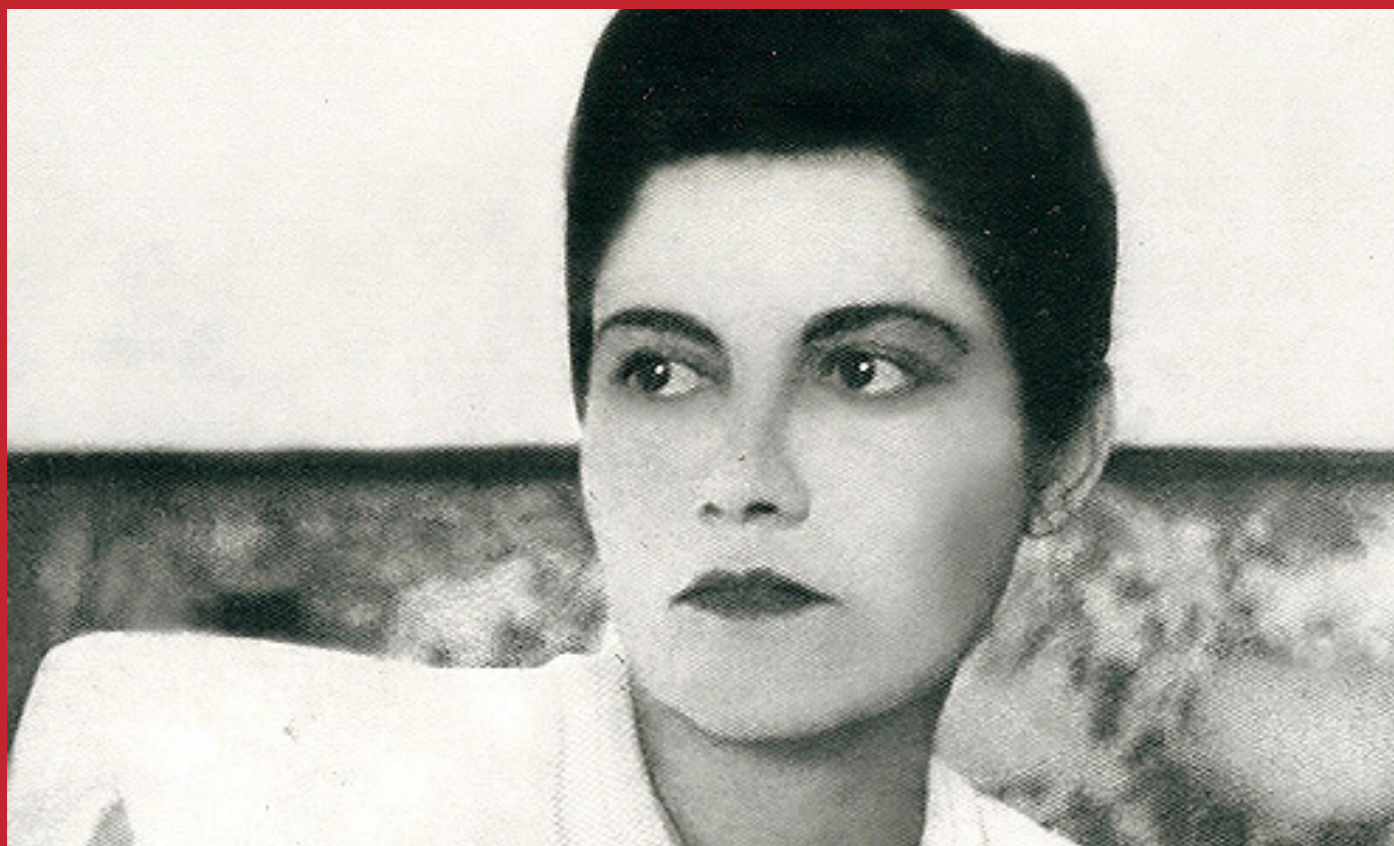
Toda essa conjuntura fez com que em 1977, ao ingressar no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF, em Niterói, movida pela indignação, Inês tenha se aproxima-

do e ingressado no PCB - Partido Comunista Brasileiro - que estava na clandestinidade, e assim permaneceu até 1986, participando do Movimento Estudantil fazendo parte do Diretório Acadêmico do Curso. Foi o período em que conheceu o marxismo-leninismo que passou a fundamentar sua prática até os dias de hoje.

Em 1979, esteve na Bahia para o Congresso de Reconstrução da UNE e, no início de 1981, casou-se e veio morar em Salvador onde nasceram seus três filhos, trabalha e reside desde então. A criação e o cuidado com os filhos absorveram seu tempo e em 1986 ingressou finalmente no Curso de Artes Plásticas da EBA-UFBA, onde também lecionou disciplinas de pintura e composição decorativa.

Aproximou-se da psicanálise lacaniana e trabalhou com psicóticos em oficinas de arte tendo tomado contato com a luta antimanicomial. Prestou concurso público e passou a trabalhar como artista plástica no CAPS da Orla de Camaçari em que continua lutando pela humanização do tratamento dos portadores de sofrimento mental, pela defesa dos Serviços Públicos integrais e de qualidade, pela manutenção e ampliação do SUS, pela organização da classe trabalhadora, pelo direito à educação gratuita, à arte e à cultura, tendo compreendido que o trabalho firme, disciplinado e cotidiano, junto à imaginação e ao compromisso com a estratégia para a revolução brasileira, traçam o caminho que pode nos conduzir à transformação, à emancipação humana. Assim, tendo sido convidada a ser pré candidata à deputada federal pelo PCB-BA, aceitou esta tarefa coletiva como parte da luta para a construção do Poder Popular.

PARA CELEBRAR UM CORAÇÃO MILITANTE



Por Marcela Carvalho

*Te contarei muitas coisas,
filho. Te criarei tão forte [...]*

*Fala materna
Jacinta Passos, Poemas Políticos, 1951.*

Neste ano em que seguem as comemorações dos 100 anos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a poesia da baiana Jacinta Passos sobrevive não apenas em certas evidências de sensibilidade estética que o caráter processual do refinamento da sua arte literária resguarda, mas naquilo que fundamentalmente evidencia o cerne da nossa contínua inquietação enquanto sujeitos ativos na história e interlocutores comunistas: a defesa do humano e da dignidade do ser social.

Para acender a poesia de uma mulher com coração militante[1], não precisa de muito. Jacinta “recolheu e encontrou no povo”[2] - ao mesmo passo que se desenhava sua trajetória enquanto poeta, jornalista, militante e mãe - o solo das reflexões mais essenciais às suas criações. Entre uma lúcida compreensão acerca do lírico e a von-

tade de realização artística de fundo humanístico, seu terceiro livro, Poemas Políticos, publicado em 1951, abraça com profundidade poética a realidade concreta e objetiva do terreno social e histórico que vivenciou, transpondo assim, o drama humano onde se descortinavam uma realidade mergulhada entre as angústias e incertezas do cenário pós-guerra.

Sob o palpitar da realidade, Jacinta evoca: “Dizei-me, curva, aonde vou?”

É na sua vocação à esperança e ao desejo de transformação ao celebrar seu encontro com o PCB entres os versos dos poemas “Rio” e “O ano foi vinte e dois” que se revela um equilibrado sentimento em suas palavras. Aqui, debruçada sobre a metáfora, sua escrita apaixonada distancia-se do terreno da ostensividade - onde por vezes operam uma apreensão da realidade superficial na literatura - como quem prepara suas asas para alçar voo “a posição de primeira plana na moderna poesia brasileira”[3]. Se, em sua primeira fase, Jacinta envereda a sua criação entre as paisagens e canções da cultura popular bem como os temas que tocam a infância e a luta das

mulheres - e por que não, o amor - como fonte rica e inesgotável de compreensão de “uma vida que vale por si”[4], em Poemas Políticos seu sentimento de mundo, sobre o “rio de águas inúmeras” que figura a imagem do PCB, se eleva com simplicidade e exuberância na forma, ao encontrar a vazão da sua razão poética numa vida de “doçuras e dores” que se entrelaça à vida do Partido, “Esperança nossa”.

O que mais poderia fazer figurar sensível e nitidamente o humano se não seu enraizamento em um rico painel de imagens vividas e imaginadas naquilo que em sua realidade mais profunda a escrita da poetisa baiana Jacinta Passos capta? Ao completarmos memoráveis 100 anos de Partido Comunista Brasileiro “vivo, tão vivo”, que o resgate de seu eu lírico mais maduro, braço da “criatura de desejo e sonho”, seja como o desagar das possibilidades de pensamento e prática revolucionária onde beleza e verdade se encontram, confiantes na realização do socialismo enquanto nascimento de um novo mundo.

O rio

*Tantos rios como eu abriam leito de pedras
e pranto. Um dia perguntávamos:*

*– Dizei-me, curva, aonde vou? casa tronco rocha
sois*

*aqueles que ficam, minha lei é não parar. Sigo
fio de água, água humilde sou, para onde? Ó
curva,*

*falai. Água de revolta, espuma e ódio nos poros
na garganta no útero, pranto de mulher, água
de fel antigo, quem é meu semelhante? Dizei,
aonde vou?*

*Leito de pedras e pranto. Súbito, próximo,
atravessou olhai, ele!*

ali na frente, vivo, tão vivo,

*ele sim! o rio das águas inúmeras. Correi
doçuras e dores, punhos, Partido, esperança
nossa.*

Nascimento

O ano foi vinte e dois

*Criatura de desejo
e sonho. Carne e luar na boca das profecias.
Aqui está recém-nascido úmido de lágrimas
e leite, filho das dores, criança concebida
na injustiça.*

[1] Extraído de “Jacinta Passos: Coração militante. Obra completa: poesia e prosa, biografia e fortuna crítica” por Janaína Amado. 2010, Salvador.

[2] Janaína Amado sobre Jacinta Passos. Documentário: Se me quiseres amar, 2021.

[3] Antônio Candido, “O poeta e a poetisa”. 1945, Diário de São Paulo.

[4] Canção da Partida, por Jacinta Passos. 1945, São Paulo.

GREGÓRIO BEZERRA

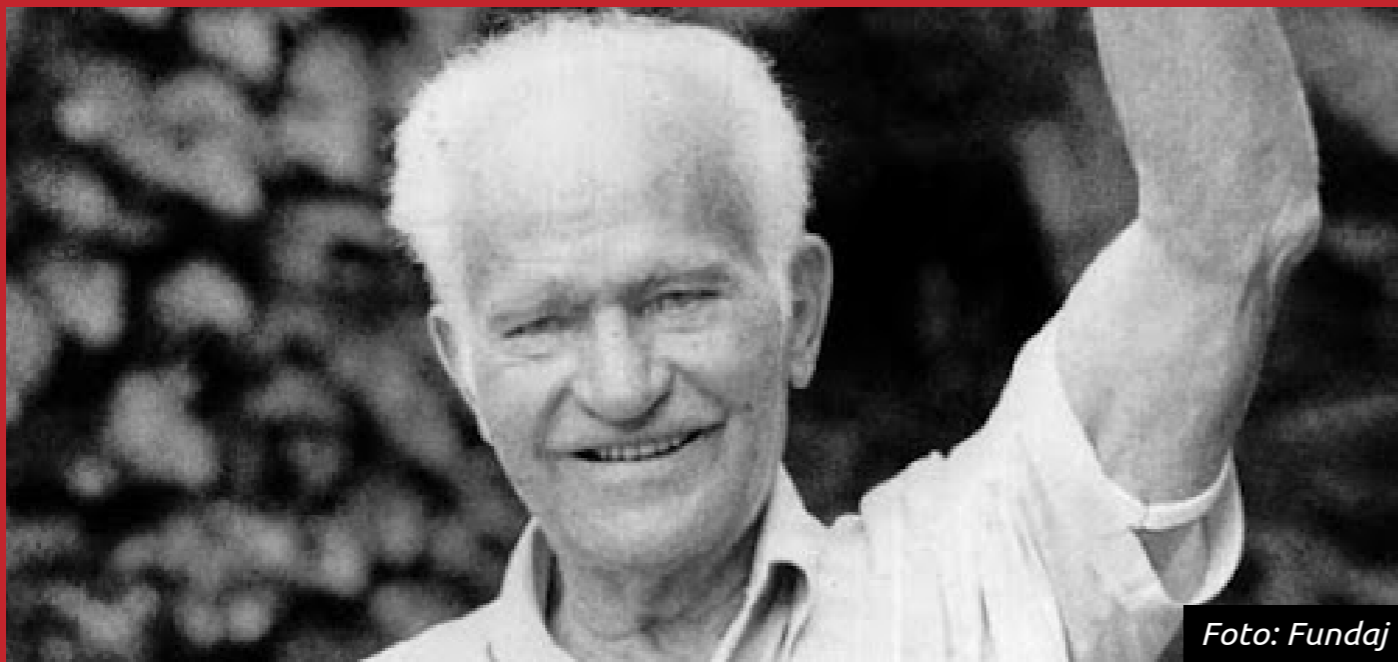


Foto: Fundaj

Por Camila Oliver

*Nascido com o século que o homem transformou
Um camponês soldado feito de ferro e flor
Agora canto alto e forte em sua memória
Gregório está presente a lutar em nossa história*

(Século de Ferro e Flor – Subversivos)

No dia 13 de março de 1900, na cidade de Panelas, no agreste pernambucano, nasceu Gregório Lourenço Bezerra. O destacado dirigente do Partido Comunista Brasileiro, que passou 22 anos de sua vida preso por motivos exclusivamente políticos, teve sua história contada no cordel "História de um Valente", escrito por Ferreira Gullar, sendo imortalizado na literatura como um homem "feito de ferro e de flor".

Com apenas quatro anos de idade, Gregório Bezerra iniciou o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar e, aos nove anos, já havia se tornado órfão de ambos os pais. Por esse motivo, como muitas crianças nordestinas, migrou do campo para a cidade, no seu caso, para o Recife, para morar com a família dos fazendeiros com a promessa de estudar. Promessa essa que, como também era recorrente, não foi cumprida e Gregório permaneceu analfabeto até os seus 25 anos.

Pobres e sem-teto, dormiu por muito tempo entre as catacumbas do cemitério de Santo Amaro. Para sustentar-se, foi carregador de bagagens na estação central, jornaleiro e ajudante de obras. Na profissão de jornaleiro, tinha cesso às notícias a partir da leitura que os seus colegas faziam para ele dos jornais locais, passando a interessar-se pela política. Em 1917, trabalhou como operário da construção civil, sendo preso pela primeira vez neste mesmo ano, enquanto participava de uma passeata em Recife em apoio à Revolução Bolchevique e às

primeiras ondas de greve geral por direitos trabalhistas no Brasil.

Permaneceu preso por cinco anos na Casa de Detenção do Recife, sendo libertado em 1922, mesmo ano em que se apresentou ao Exército para prestar serviço militar. Foi neste período da carreira militar que Gregório Bezerra alfabetizou-se, entrando para a escola de sargentos em 1929 e tornando-se instrutor da Companhia de Metralhadoras Pesadas na Vila Militar e instrutor de Esportes, no Rio de Janeiro. Transferido para Recife, já como sargento, em 1930 filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No Recife, em 1935, participou da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ALN) e liderou o levante militar promovido por essa organização de massas. Este levante ficou conhecido como "Intentona Comunista". O movimento foi sufocado e Bezerra condenado a 28 anos de prisão, pela morte de um tenente na tentativa de roubar o armamento do CPOR/Recife para o levante. Ficou preso num primeiro momento em Fernando de Noronha e, depois foi encaminhado para o Presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro, onde dividiu cela com Luís Carlos Prestes.

Anistiado ao fim da Ditadura Vargas, Gregório Bezerra elegeu-se, por Pernambuco, em 1946, na legenda do PCB, como o mais votado deputado federal constituinte. Todavia, assim como os todos os parlamentares comunistas, o seu mandato foi cassado em 1948. Desta maneira, passou a viver na clandestinidade por nove anos, com atuação militante no Paraná e em Goiás.

*A força dos comunistas
assustou a reação.
Viram o apoio que o povo
dera a eles na eleição.*

*Armaram rapidamente
uma bruta traição.
Contra o PCB votou-se
a total proibição
e contra os seus deputados
engendrou-se a cassação.
Fizeram o que fez agora
a falsa "revolução". (Ferreira Gullar)*

Assim que se instaurou o golpe burgo-militar de 1964, Gregório Bezerra foi preso. A sua prisão aconteceu no dia 02 de abril de 1964, enquanto, mesmo já idoso, organizava a resistência armada dos camponeses, da região de Cortês, sul de Pernambuco, ao golpe. Naquele mesmo dia, foi levado para o Recife, onde foi publicamente torturado, arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, enquanto o tenente-coronel do Exército Brasileiro, Darcy Villocq Vianna, incitava a população a linchá-lo. Antes das torturas na rua, os seus pés foram imersos em solução de bateria de carro e foi obrigado a andar sobre britas, tortura transmitida pelas televisões locais. A tortura pública só parou por intervenção das freiras do Convento da Sagrada Família que ficava localizado na praça de Casa Forte. As torturas sofridas por Gregório Bezerra são narradas no cordel de Ferreira Gullar:

*No chão derramaram ácido
e fizeram ele pisar.
A planta dos pés queimava,
mal podia suportar.
Vestiram-lhe um calção
para depois o amarrar
com três cordas no pescoço
e para a rua o levar
preso à traseira de um jipe
e para ao povo mostrar
o "bandido comunista"
que se devia linchar.
Estava certo Villocq
que o povo o ia apoiar
para em plena praça pública
o comunista enforcar...*

*Mas para seu desespero
o povo não o apoiou.
Aos seus apelos de "enforca!"
nenhuma voz se juntou.
[...]*

*"Meus pés eram duas chagas
- Gregório mesmo contou -
e no meu pescoço a corda
ainda mais apertou.
O sangue que me banhava
minha vista sombreou.
Senti que a força faltava
mas minha boca falou:
"Meu povo inda será livre!"
E muita gente chorou
no Largo da Casa Forte*

onde o cortejo parou.

*A freira que desmaiara
o arcebispo procurou
e este ao General Justino
nervosamente apelou
para impedir o homicídio
que quase se perpetrou.
A solidariedade humana
como uma flor despontou
no Largo da Casa Forte
onde o cortejo parou.*

*Quase morto mas de pé,
Gregório foi encarcerado.
Por dias e noites a fio
ele foi interrogado.
[...]*

*Mas nada disso arrefece
o valor desse homem bravo
que luta pra que seu povo
deixe enfim de ser escravo
e a cada nova tortura,
a cada cruel agravo,
mais força tem pra lutar
esse homem sincero e bravo.*

*E donde vem essa força
que anula a crueldade?
Vem da certeza que tem
numa histórica verdade:
o homem vem caminhando
para a plena liberdade;
tem que se livrar da fome
para atingir a igualdade;
o comunismo é o futuro
risonha da humanidade.*

*Gregório Bezerra é exemplo
para todo comunista.
É generoso e valente,
não teme a fúria fascista.
[...]*

Condenado a dezenove anos de prisão, passou cinco anos preso, pois, foi libertado, em 1969, ao lado outros quatorze presos políticos, em troca da devolução do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, que fora sequestrado por alguns de seus camaradas de militância. Após isto, exilou-se no México e na União Soviética, retornando ao Brasil, com a Lei de Anistia, em 1979. Faleceu em São Paulo, em 21 de outubro de 1983.

*Pernambucano nato com a saga nordestina
Sargento e deputado em qualquer tribuna ia
Peitou de fazendeiro até milico golpista
Gregório tu és o povo ele não te esqueceria
(Século de Ferro e Flor – Subversivos)*